

Copyright © by Vito Giannotti, 2004.

Direitos desta edição reservados à
MAUAD Editora Ltda.
Av. Treze de Maio, 13, Grupo 507 a 509 — Centro
CEP: 20031-007 — Rio de Janeiro — RJ
Tel.: (21) 2533.7422 — Fax: (21) 2220.4451
www.mauad.com.br

Projeto Gráfico:
Núcleo de Arte/Mauad Editora

Revisão:
Beatriz Costa

Copidesque:
Léia Coelho

Para saber mais sobre o autor, visite o *site*
www.piratininga.org.br

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

G372m

Giannotti, Vito, 1943-
Muralhas da linguagem
/ Vito Giannotti. — Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

Inclui bibliografia
ISBN 85-7478-131-2

1. Análise do discurso - Aspectos sociais - Brasil. 2. Língua portuguesa - Português falado - Brasil. 3. Língua portuguesa - Aspectos sociais - Brasil. 4. Sociolinguística - Brasil.
I. Título.

04-1095

CDD - 401.410981
CDU - 81'27 (81)

Agradecimentos

Este livro não teria sido escrito sem o trabalho de pesquisa de Guilherme Marques, o Soninho. A ele, agradeço profundamente pela dedicação e amizade. Também foram valiosas as contribuições através de informações e críticas dos professores e companheiros Rubim Aquino, Virgínia Fontes e Régis Moraes.

Sérgio Domingues, um antigo colaborador, além de assinar a Apresentação juntamente com Claudia Santiago, foi o primeiro a ler, acrescentar dados ao trabalho e incentivar sua publicação.

Destaco também as observações ao texto feitas por Sebastião Lopes Neto, Nádia Gebara e Nadine Habert.

Agradeço a José Arbex, pela leitura e por ter aceitado escrever a orelha deste livro.

Também a Augusto César, que viabilizou mil trabalhos de pesquisa e execução das tarefas que o livro exigiu. A Isabel Mauad, um agradecimento pela leitura criteriosa, pelas observações rigorosas e pelo incentivo para seguir adiante.

E, finalmente, à minha grande companheira de todos momentos, Claudia Santiago. Claudia determinou com sua inteligência afiada e exigente os rumos do texto, insistindo que ele tratasse da exclusão social como origem direta e trágica das muralhas da linguagem no nosso país.

A todos esses colaboradores diretos e, indiretamente, a todos os dirigentes e jornalistas sindicais que nos ensinam diariamente nos cursos do Núcleo Piratininga de Comunicação que ministramos pelo Brasil afora, meu forte abraço e sinceros agradecimentos.

Vito Giannotti

Rio de Janeiro, 1º de Maio de 2004

CAPÍTULO 2

A SENZALA NA EDUCAÇÃO E A COMUNICAÇÃO

Por que nos 27 Estados do País existem milhões de “donas Edileusas de Barreiro – PE” que acham que *otimista* é aquele que pensa que “tudo vai dar errado”? Por que estes mesmos milhões acham que *irrelevante* é sinônimo de muito importante? E por que todos estes têm medo de *tombamento* de prédios?

Essas pessoas, e são infinitamente muitas, trabalham, criam, são inteligentes. Muitas são brilhantes, espertas, hábeis. Entendem da vida, do amor, de filhos, de mundo. Muitos e muitas trabalham muito bem, quando o sistema político os deixa trabalhar. Produzem todas as maravilhas que a humanidade inventou: trens, metrô, aviões. Extraem petróleo, constroem prédios, pontes, universidades. Plantam, cultivam e armazenam arroz, milho, soja, feijão. Constroem frigoríficos, criam gado, produzem e vendem salaminhos, mortadelas e presuntos. Produzem sapatos, móveis, navios e milhões de carros. São soldados, pedreiros, motoristas, mecânicos, carregadores, vendedores ambulantes, serventes, ascensoristas, auxiliares de enfermagem, padeiros, varredores, cozinheiros e cozinheiras. Abrem valetas nas ruas, alimentam altos-fornos, pintam escolas e instalam linhas telefônicas, redes de eletricidade, e consertam televisões, rádios e computadores. Afinal, fazem de tudo.

Mas não sabem usar a palavra *irreversível*, *inadimplente*, *irredutível*, *ininteligível*, *irrepreensível*, *irrestrito*, *irrevogável* e mais umas *trocentas* palavras que começam com *irr*, ou *in*. Também não são muitos os familiarizados com palavras como... *otimista*, *classe*, *tombamento* e por aí vai.

Qual a explicação? Quais as implicações? Sobretudo, no nosso caso, como aprender a traduzir a palavra *inviável* pela expressão *que não vai dar certo*? Qual é a melhor? *Inviável* ou *que não vai dar certo*? Com certeza, a melhor é aquela que a imensa maioria consegue entender. Não está escrito em nenhum livro sagrado, nem na *Bíblia*, nem no *Corão*, e nem nos *Vesta*, que, para a felicidade das pessoas, é

essencial que entendam uma frase tipo “*seu problema é um problema de classe*”. Nem está escrito que para produzir automóveis, sapatos ou pãozinhos ajude muito saber o que significa a expressão *calcanhar-de-Aquiles*, ou *bode expiatório*. Tanto quanto não é necessário ter lido o *Kamasutra* ou o *Anangaranga* para, na cama, na grama, ou de pé, chegar ao mais alucinante orgasmo.

Mas, afinal, por que dona Edileusa não sabe o significado correto da palavra *otimismo*, ou do que venha a ser um *otimista*?

A barreira da escolaridade

Hoje, a diminuição do analfabetismo no país é apresentada ao mundo como uma grande conquista dos governos neoliberais dos anos 90. É um raro índice de melhora, após uma década de destruição causada por este projeto. Com estes números, feitos sob medida para o presidente da República apresentar na ONU e no Vaticano, apresenta-se um país das maravilhas. Só falta Alice!

Com estas estatísticas tenta-se encobrir a realidade de um ensino totalmente precário, pobre e incapaz de preparar os futuros cidadãos para entender e sobreviver na sociedade na qual irão viver.

Mas, afinal, quais as cifras oficiais, mesmo que maquiadas, para termos uma idéia do nível de escolaridade do nosso país?

O índice de analfabetismo em novembro de 2001, segundo o IBGE, era de 10,4% da população. Ou seja, um em cada dez brasileiros não sabe ler. Assim, à primeira vista, o número não é tão trágico. Mas a alegria dura pouco se compararmos esses 10,4% com os outros países da América Latina. A taxa de analfabetismo no Brasil é a segunda pior do nosso continente. Só perdemos para a Bolívia, que tem 14,4% de analfabetos. Para o IBGE, alfabetizado é quem sabe escrever um bilhete mínimo. É analfabeto aquele que só assina o seu nome, mesmo que um dia tenha aprendido a ler e escrever algo.

Porém, falar em analfabetismo, simplesmente, não dá a idéia da realidade educacional do nosso país. Há outros dados que ajudam a compor o quadro que explicará o porquê de a palavra *otimista* ser

difícilmente compreendida por, no mínimo, 50%, 60% ou 70% da nossa população.

Fala-se muito do analfabetismo funcional. A *Folha de S. Paulo* de 29/04/2000 nos traz dados de um estudo de 1998 do IBGE que fala, pudicamente, de 30,5% deste tipo de analfabetos. Outros dados do mesmo Instituto nos lembram que no Brasil há 53 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, segundo o indicador usado como padrão pela ONU. São 34% da população nesta situação. Destes 53 milhões, há 22 milhões considerados miseráveis, sempre pelo padrão da ONU. Miseráveis que tentam viver com até 30 dólares por mês, isto é, algo em torno de um terço do nosso salário mínimo, que é uma das nossas maiores vergonhas.

Quais condições essas pessoas têm de não serem analfabetas funcionais? Essas pessoas usam para alguma coisa a miserável alfabetização que receberam na escola, se é que a receberam?

Qual a capacidade de aprendizagem de quem nasceu nesta condição ou, como se diz nos estudos especializados, nesta situação socioeconômica?

Mas esses 53 milhões não são os únicos candidatos naturais ao analfabetismo de fato. Há outra faixa que lhes fica bem próxima. São os 85 milhões de brasileiros e brasileiras que vivem, de acordo com levantamento do IPEA, de 1999, com até dois salários mínimos.

Alguém acredita que quem tenta sobreviver com até dois salários mínimos entrou alguma vez numa biblioteca, livraria, cinema, teatro ou algo parecido?

Num artigo provocante do cientista político Emir Sader, escrito às vésperas da eleição presidencial de 1998, nos são apresentados números sobre este tipo de analfabetismo. O título “*Nós o povo brasileiro*” procura mostrar ao leitor acostumado a devorar diariamente seu jornal, que o Brasil dos que não lêem jornal também faz parte do “*povo brasileiro*”. Vejamos:

“Quem somos nós, o povo brasileiro, que daqui a poucas semanas decidiremos os destinos do nosso país até a entrada do século XXI? Somos 106 milhões de pessoas, segundo o Tribunal Superior Eleito-

ral, praticamente metade homens e metade mulheres. Mas o principal é que nós somos majoritariamente analfabetos ou semi-analfabetos: 8 milhões de analfabetos, 25 milhões que apenas sabem ler e escrever o nome e 9 milhões que possuem ensino fundamental incompleto. Um total de quase 80 milhões de pessoas que podem ser consideradas analfabetas funcionais, isto é, que não conseguem ler um texto, compreendê-lo e reproduzi-lo por escrito. Dificilmente se pode dizer que tenham condições de ler e assimilar a leitura de um jornal.

Mesmo num Estado como São Paulo, mais da metade dos eleitores tem no máximo o curso de ensino fundamental incompleto, isto é, são analfabetos. Apenas sabem ler ou escrever ou somente começaram o primário, sem concluí-lo, num total de 13 milhões de pessoas. Na outra ponta, apenas 3,4 milhões dos eleitores conseguiram concluir um curso universitário. (...) O que isso nos diz sobre nós mesmos? Diz que em sua grande maioria os brasileiros estão alijados da possibilidade de leitura, com tudo o que ela significa em termos de poder de compreensão de cada um no mundo."

(*O Globo*, 20/08/1998)

Mas, além do conceito de analfabetismo funcional, há outro fator que compõe o quadro educacional do nosso país.

Dados do Ministério da Educação de 1994 diziam que 83% da população brasileira não tinham completado o ensino médio. Após os famosos avanços na educação, trombeteados pelo governo neoliberal que se apossou do país naquele mesmo ano, os números continuaram quase os mesmos. O insuspeitíssimo IBGE, em 2002, levantou que 81% dos brasileiros e brasileiras não teriam terminado estes mesmos 11 anos de estudo. Ou seja, somente 19% concluíram o 2º grau.

Será que os 81% do levantamento de 2002, ou os 83% dos dados de 94, entendem a palavra *governabilidade*? Será que entendem a expressão "*exercício pleno da cidadania*?"

Mais à frente, veremos as implicações do patamar da escolaridade sobre a compreensão de um texto. Veremos o quanto influi na estrutura da frase e sua construção. Analisemos o peso que tem na comunicação o fato de uma pessoa ter estudado somente sete, oito ou dez anos. É preciso encarar a profundidade do abismo que separa os 19% que passaram a barreira do 2º grau dos 81% que ficaram do lado de cá.

Uma escolaridade deficiente

Os anos de estudo servem para entender a dificuldade com a linguagem por parte de quem não teve uma escolarização suficiente. Mas, o que é suficiente? O conceito de suficiente é relativo. Quatro ou cinco anos de escola eram muita coisa na sociedade do século XIX. O nível de informações, a velocidade das novidades, o mundo em torno eram totalmente diferentes da sociedade em que vivemos no século XXI. Também é preciso relacionar o Brasil com outros países. Comparar os números dos anos de escolaridade aqui com nossos vizinhos geográficos ou econômicos.

Há um estudo, sintetizado num artigo da *Folha de S. Paulo* de 14/11/98, que faz esta comparação entre o Brasil e seus vizinhos latino-americanos. Trata-se de um calhamaço de mais de trezentas páginas, tem um título sugestivo, *América Latina face às desigualdades*, e foi elaborado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Vejamos:

"A pesquisa do BID procura fixar uma relação entre renda e educação. (...)

A desigualdade é sempre uma combinação entre esses dois fatores, que normalmente apresentam o Brasil como exemplo negativo, em contraposição ao Uruguai ou à Argentina, os dois países mais igualitários da América Latina.

Na educação, por exemplo, os 10% dos brasileiros mais pobres estudaram em média dois anos. Na Argentina eles estudaram 7, no Chile, 6 e no Uruguai, 6. Nessa estatística só El Salvador ganha dos brasileiros, 1,6 ano.

Mas até o Paraguai, outro campeão das desigualdades, apresenta indicador mais aceitável, com os mais pobres reunindo 3,4 anos de frequência à escola."

Nada mais direto do que analisar a capacidade de interpretação de um texto para avaliar a média da qualidade do ensino médio no nosso país. Evidentemente que esta é uma média. Como tal deve ser interpretada. Como toda média, traz uma imagem que não explica os extremos. Ela distorce as duas pontas. A célebre piada sobre um ho-

mem que tem os pés numa fogueira e a cabeça num freezer supercongelado explica o que é média. A sua temperatura média é de 36,5°. Ótima. Só que ele está morto, há tempos!

Da mesma maneira, o Brasil tem suas ilhas de excelência em Educação. Formou, nas suas faculdades classe AAA, pesquisadores que estão integrados nos grandes centros mundiais de excelência. Trabalhando na NASA, cérebro da indústria militar-espacial do EUA, ou na ONU, ou em dezenas de institutos de pesquisa internacional há centenas de brasileiros. Aqui no Brasil, a Embraer, recheada de técnicos formados pelo Instituto de Tecnologia de Aviação (ITA), disputa e ganha concorrências com a grande indústria aeroespacial canadense, Bombardier.

Nossos pesquisadores da Embrapa exportam seus conhecimentos para dezenas de países. O recém descoberto algodão, que já nasce colorido, foi criado pelos técnicos da Embrapa da Paraíba. Na Universidade Federal da mesma Paraíba foi desenvolvido um método de dessalinização da água do mar que é importado por mais de seis países africanos que têm problemas de seca. O motivo pelo qual não é aplicado para o fornecimento de água à cidade de Campina Grande, bem próxima da capital onde está a universidade, é um mistério inexplicável. O mar, bem cheio de água, está a 120 quilômetros de Campina Grande. A universidade, que desenvolve este método de dessalinização, está logo encostada. Ela é da terra. É da Paraíba, de João Pessoa. Mas nenhum desses argumentos serve para mudar o esquema de perpetuação da Casa Grande e da Senzala. A seca está aí, ano após ano, para acabar com aquele sertão. Daria para resolver este problema histórico? Daria, mas a herança das sesmarias está presente. Um caminhão pipa, nas vésperas das eleições, dá mais votos do que a solução definitiva do problema da seca na Paraíba. Por isso a seca precisa permanecer. E aí não se faz um aqueduto que transporte a água dessalinizada da beira do mar até Campina Grande. Mas isto é outro assunto.

O centro da questão é que o Brasil tem cérebros para dar e vender. Não há nenhum problema de DNA! Não há nenhum problema hereditário que faça com que o Brasil só saiba produzir samba, carnaval e futebol e seja condenado a ocupar o último lugar no que se refere à capacidade de seus alunos de interpretar um texto. O problema do nível das nossas escolas não é de DNA. É político. E o resultado vem a cavalo. Está aqui.

Vejam a apresentação da notícia pelo *Jornal do Brasil*. Nela há tentativas de explicação por parte do ministro da Educação, da época de FHC, procurando inocentar o governo. Com tudo isso, aparecem argumentos que deixam claro o nó da questão: “A escola brasileira não sabe ensinar a ler e ponto”, diz o próprio ministro da época, Paulo Renato.

“Aluno brasileiro é o pior em leitura

Estudantes de 15 a 16 anos amargam o último lugar em pesquisa de avaliação aplicada a 265 mil jovens de 32 países.

Brasília – O estudante brasileiro foi reprovado em pesquisa mundial para avaliar a capacidade de leitura, assimilação e interpretação de textos. O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) testou mais de 265 mil estudantes entre 15 e 16 anos de 32 países. O Brasil figurou na última colocação.

A média leva em conta o número de anos de estudo. O país foi o pior classificado. Aqui se frequenta muito pouco a escola. O melhor, a Finlândia, atingiu o nível quatro. O Pisa dividiu as nações em cinco grupos, de acordo com o rendimento alcançado no exame.

(...)

De fato, na tabela que separa cada país segundo o tempo de estudo, 35% dos brasileiros com nove ou mais anos na escola passam a integrar o nível dois. Situam-se na mesma posição da Grécia e da Polônia, por exemplo.

“Esperava um resultado pior”, confessa Maria Helena Guimarães, secretária de Ensino Superior do Ministério da Educação, sem explicar o que seria pior do que o último lugar. Técnicos que acompanharam a aplicação das provas avaliam que o estudante brasileiro não sabe ler. Pior: o jovem interpreta a realidade diferentemente daquela que vivencia. – A escola brasileira não sabe ensinar a ler e ponto –, encerra o ministro Paulo Renato.

A deficiência é gritante. Numa das questões do Programa Internacional de Avaliação de Alunos, um texto versa sobre o programa de vacinação voluntária contra gripe. Apesar de o enunciado informar que “uma enfermeira virá ministrar a vacina na empresa”, nada menos do que 27,24% dos brasileiros assinalaram a alternativa: “um médico aplicará a vacina”. Outros 53% acertaram a resposta.

“Houve um erro grave de interpretação, porque o estudante ignorou o que estava escrito e respondeu segundo o que acreditava estar correto”, explica Paulo Renato.

(*Jornal do Brasil*, 5/12/2001)

A mesma pesquisa foi analisada pela revista *Época*, num artigo assinado por três jornalistas, e chega a conclusões interessantes:

“A performance ruim traz um recado preocupante: na média, o adolescente brasileiro tem uma inépcia arraigada para o uso da linguagem escrita. Houve quem culpasse as famílias por não cultivar o hábito da leitura dos filhos. Outros criticaram a cultura excessivamente visual estimulada pela televisão e pela Internet.” (*Época*, 10/12/2001)

Seja qual for a causa, para nós, aqui, só interessa a constatação do fato: O adolescente brasileiro, em sua imensa maioria, não sabe ler. Ou, no mínimo, não foi acostumado a ler. Ou, mais diretamente: não lê. Os números citados nos dão a média. Se esta é a média... podemos imaginar os abismos mais terríveis. E estes abismos são a realidade de 60%, 70%, ou quem sabe mais, da população brasileira. Esta é a base do que nós chamamos a tragédia da linguagem. Este é o ponto de partida do que chamamos de muralha da linguagem.

E esta é uma das principais pistas para explicar por que muitas donas Edileusas vão continuar a achar, por um bom tempo, que *otimista* é aquele que acha que “*tudo vai dar errado*”.

Falar para o empresário e a empregada doméstica

Para a compreensão de qualquer língua, há dois planos de dificuldades: o primeiro é o dicionário, o repertório, as palavras. O segundo é a construção da frase. Construção e, sobretudo, o tamanho das frases.

A preocupação de todo mundo que fala ou escreve é dupla: falar uma linguagem bem elaborada, bonita, que mostre suas idéias e seus conhecimentos e ao mesmo tempo seja compreensível. Todo mundo gosta de ter um estilo próprio, que ele julgue bonito, e ao mesmo tempo quer que sua mensagem seja transmitida pela fala ou por um texto. A síntese entre estes dois pólos não é nada fácil. Há dois recifes entre

os quais o barco deve navegar. De um lado, a preocupação em não simplificar demais, na tentativa de se fazer entender com clareza. De outro, o perigo de se distanciar demais da fala das pessoas comuns, devido à preocupação de ser exato, preciso e profundo nas suas idéias.

No começo dos anos 90, a então jornalista sindical e hoje professora de comunicação Cosette Castro, do Rio Grande do Sul, começou a escrever um *Dicionário de Sindicais e Políticos*. Sua influência se fez sentir na primeira metade da década de 90. Este tema, num primeiro momento, entre um grande número de dirigentes sindicais, comunitários e jornalistas provoca um forte choque. Depois tudo volta ao normal. O assunto é esquecido em nome da necessidade de falar de coisas complexas... de forma complexa. O argumento simplório e que dá a ilusão de ter resolvido o problema é que “é assim mesmo..., não dá para rebaixar a política. É assim mesmo, há coisas que são difíceis, mesmo.”

Uma boa pista para quem quer mudar sua linguagem e assim ser compreendido por milhares, e não por um punhado, é uma página que descreve as orientações da *Rede Globo* para suas programações para o grande público. Esta página foi tirada do livro *A História Real* escrito por dois repórteres da *Folha de S. Paulo* nas vésperas da eleição presidencial de 1994. O livro tem uma história escondida, que só foi tornada pública tempos depois. Os dois autores estavam de corpo e alma na campanha do seu candidato neoliberal. Não dava, para quem queria garantir a vitória de FHC a qualquer custo, deixar que todo mundo soubesse o que estava naquelas páginas, antes da abertura das urnas. E assim aconteceu. O livro só apareceu após a vitória de Fernando Henrique. A preocupação era não prejudicá-lo com algumas informações contidas no texto. Mas essas são águas passadas, hoje em dia. Lá pelas tantas, o livro conta que o comitê central da campanha do então candidato Fernando Henrique preparou uma cartilha de orientação para o candidato se comunicar com as multidões. Um trecho citado pelos autores do livro, e provavelmente da cartilha, alertava o seu candidato:

“Uma boa base para saber como falar para a maioria é o jornalismo da *Rede Globo*. Durante muitos anos a *Globo* pesquisou uma forma nacional de falar, um repertório que fosse entendido pela empregada doméstica e pelo empresário. A linguagem não deve ser simplória que irrite o empresário, nem difícil que a empregada não entenda.”

(J. de Souza e G. Dimenstein: *A História Real*)

Todo mundo sabe que a *Globo* tem seus objetivos econômicos, ideológicos e políticos muito claros. Ela sabe muito bem o que ela quer. Nada aparece de graça, na telinha.

Todo brasileiro medianamente informado sabe que durante os vinte anos de Ditadura Militar, de 1964 a 1984, nunca a *Globo* falou que no Brasil havia uma ditadura. E não dá para alegar desconhecimento dos fatos. Enquanto na *Globo* se cantava o hino *Pra frente Brasil, O Estado de São Paulo*, o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã* e a *Veja* eram repetidamente censurados. A *Folha de S. Paulo*, também, não precisava de censura, naqueles anos de ditadura. Esta era um jornal de segunda categoria, até o final dos anos 70 e, a partir de 1969, mantinha um dos órgãos do Grupo Folha, a *Folha da Tarde*, intimamente ligado aos órgãos de repressão da Ditadura. No Rio, certamente o quartel-general das *Organizações Globo* via no *Estadão* e no *Jornal da Tarde* os trechos cortados pela censura e substituídos por tarjas pretas, receitas de bolo ou trechos dos *Lusíadas*, de Camões. Na *Rede Globo* e no *Globo* sabia-se, muito bem, que o jornal rival, o *Jornal do Brasil*, e mais ainda os jornais da Imprensa Alternativa *Pasquim*, *Opinião* viviam sob a censura de uma ditadura sanguinária.

Ao não falar em tortura, desaparecimentos e mortes, a *Globo* sabia muito bem o que ela queria. Exercia seu papel, pensado pela Ditadura ao dar a concessão ao sr. Roberto Marinho, em 1965. Papel de ser o verdadeiro “*Ministério da Desinformação*” da Ditadura. E o Sr. Roberto Marinho merecia este presente. Tinha um passado de ferrenho anticomunista e articulador do Golpe de 64. Tinha credenciais antigas, desde a Ditadura de Vargas.

Assim, aquela que, no começo da década de 80, já era uma das maiores redes de televisão do mundo, sabia muito bem o que fazia quando, no dia 25 de janeiro de 1984, trinta mil pessoas realizavam, com Lula e o PT, o primeiro ato pelas Eleições Diretas. Não foi por engano que ela, até o último momento, quis esconder este ato que exigia eleições *Diretas já*. A *Globo* sabia muito bem qual era a sua política, seus objetivos de classe, quando em 1989 editou de forma infame o famoso debate Lula X Collor.

Pois é, as *Organizações Roberto Marinho* sabem muitíssimo bem qual é sua política. Não há nada a aprender da política deste império

das comunicações por quem quer mudar a história deste país, baseada na Casa Grande e na Senzala. Mas há tudo a aprender por parte de quem quer comunicar uma outra política. Tudo a aprender de sua capacidade de comunicar. As *Organizações Globo* sabem muitíssimo bem como comunicar seu projeto político. Como falar da sua visão de mundo. Como divulgá-la. Quais palavras usar.

Por que a *Globo* sabe tão bem? A resposta está no texto anteriormente citado. Bem explícita. Porque ela pesquisou. Pesquisou durante anos. Anos simplesmente não. “Durante muitos anos a *Globo* pesquisou” a melhor maneira de falar. A melhor maneira de vender seus produtos, suas idéias, seus ideais, sua política. E seus presidentes.

Pois esta sabedoria da *Globo* foi usada para ensinar a um doutor, o Sr. Fernando Henrique Cardoso, como falar com milhares, com multidões. E a fórmula é simples: falar a linguagem à qual a *Globo* chegou após longos anos de pesquisa. Uma linguagem inteligível por empresários e por empregadas domésticas.

É possível escrever sem ser simplório e nem complicado demais? É. A *Globo* ensina como. Pesquisando sempre. E a pesquisar se aprende, à medida que haja uma atitude de suspeita de que nem tudo o que escrevemos ou distribuimos é automaticamente compreendido pelos destinatários. É preciso duvidar. Pesquisar. Duvidar se o que escrevemos é lido e... depois, compreendido pelo público que se pretende atingir. Logo após a dúvida, vem a pesquisa.

Vejamos um exemplo que bem ilustra a instalação da dúvida e do passo seguinte, a pesquisa. Estamos entre um grupo de engenheiros cariocas, membros da direção da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET). Esta associação, com sede no Rio de Janeiro, faz um forte investimento na área de comunicação. Produz um boletim mensal impresso com uma tiragem de 45 mil. Diariamente, envia para milhares de endereços um boletim eletrônico. Além disso, produz vários vídeos para serem transmitidos no Canal Comunitário de muitos Estados do país e em outros canais de televisão onde consegue cavar um espaço. Enfim, faz de tudo para defender suas idéias, para difundilas, para divulgá-las. Idéias de defesa da soberania nacional, contra as idéias dominantes difundidas pelo neoliberalismo do FMI.

Em meados de 2002, sua diretoria resolveu fazer vários seminários para aperfeiçoar sua abundante comunicação. Num destes seminários, conversaram sobre linguagem. Foi vista a tragédia que esta representa. No seminário sobre linguagem, tomou-se como exemplo a campanha do Plebiscito contra a Alca. Após o término da série de seminários, alguns participantes resolveram analisar a cartilha sobre a Alca, produzida pela coordenação do movimento. Várias centenas de milhares desta cartilha haviam sido distribuídas pelos milhares de ativistas que tinham se empenhado para a realização do Plebiscito. Da forte atividade de divulgação e sensibilização feita no Brasil inteiro, por milhares de ativistas e militantes, resultaram mais de dez milhões de votos contra a implantação do projeto norte-americano de recolonização de todas as Américas, a serviço do seu domínio imperial.

O espanto foi enorme ao se constatar que naquela cartilha, que nasceu com o objetivo de ser popular, havia dezenas de palavras ou expressões que o povo “normal” não entenderia. De que povo normal está-se falando? Daqueles que não são engenheiros da AEPET, nem militantes da Teologia da Libertação, nem sindicalistas da CUT, ou ativistas do MST, do PT, do PSTU ou do PCdoB. Afinal, as pessoas normais que iriam votar. Quantos poucos milhares daqueles dez milhões que foram votar nas urnas improvisadas iriam entender aquelas palavras?

Chocados, encaminharam seu levantamento empírico à coordenação do Plebiscito, como uma sugestão. Simples sugestão de melhorar “nossa” linguagem. Vejamos a lista de palavras que, no calor da descoberta da importância dos cuidados a ter com o dicionário, estes engenheiros da Petrobras selecionaram na “cartilha popular”.

“Produto Interno Bruto / o que significam 11 trilhões de dólares / cúpula Hemisférica / liberalização do comércio / mercados de contratos públicos / bens públicos / subsídios / fitossanitárias / transgênicos / fomentar / patenteamento genético / *antidumping* / direitos de compensação / monopólios / *lobby* / *fast track* / Pentágono / *Trade Promotion Authority* / Câmara de Representantes / hegemônica / lei da oferta e da procura / precarização / estratégia / étnica / implementação / bens de capital / megaempresas / moeda hemisférica / Estados latino-americanos / desarmamento / aduanei-

ro / investimentos de capital / biodiversidade / guerra fiscal / soberania / monopólios privados / ecumênicos / desregulamentação / sexista / antiético / autodeterminação / jubileu.”

Por que esses engenheiros se preocuparam em fazer essa análise? Porque, durante o seminário, viram e se chocaram com aquele texto da *Globo* sobre a linguagem do empresário e da empregada doméstica. Aí, passaram a analisar uma cartilha que foi feita com muito carinho, muito esforço e foi distribuída, explicada, passada de um para outro por núcleos de militantes e ativistas. Provavelmente, ninguém, antes, provavelmente tinha se preocupado em analisar se a linguagem dessa cartilha estava adequada. Todos estavam felizes por ela existir. Felizes que alguém tivesse produzido, impresso, carregado e espalhado este instrumento de politização tão necessário. Mas, a *Globo*, que não concorda absolutamente com as idéias desta cartilha, ensina que, se quiser que sua mensagem chegue ao seu objetivo, o primeiro passo é pesquisar, pesquisar e pesquisar. Ver se a linguagem atinge ou não. Sem isso, qualquer cartilha perde seu efeito.

Os engenheiros da AEPET fizeram essa pesquisa empírica. Ficaram assustados. Eles sabem muito bem que não há 0,5% de engenheiros na população brasileira. Este povo real, de carne e osso, teria muita dificuldade de entender palavras como: *antiético*, *étnico*, *megaempresa*, *fitossanitária* e muitas mais. Qual a barreira? A escolaridade!

Frases curtas, no Brasil e muito além

No Brasil, nas décadas de 80 e 90 houve uma série de análises sobre linguagem popular. Todos estes estudos centraram seu foco sobre dois aspectos: o dicionário, como vimos anteriormente, e a construção das frases.

No campo dos estudos acadêmicos, foram produzidas várias pesquisas e publicados livros sobre a linguagem das camadas populares. A preocupação foi centralizada sobre a compreensão de palavras e de textos por parte de quem não é um leitor acostumado a ler seu jornal diário, suas revistas e seus livros. Entre estes estudos se destacam os de Magda Soares, de Maria Otília Bocchini e de Ângela Kleimann,

que resultaram numa vasta produção de livros. No final da década de 90, Cláudia Santiago juntamente com outros publicaram livros especificamente sobre linguagem sindical.

Nesses textos, há em comum a percepção do quanto é difícil para uma grande parte da nossa população entender um vocabulário mais variado e elaborado. Este é um dos aspectos do problema da linguagem.

Além do problema do dicionário, do repertório, das palavras, há outro menos evidente, mas que oferece uma dificuldade tão grande ou maior para a compreensão de um texto, um artigo ou até uma fala. Trata-se da construção da frase. Ou, mais diretamente, do tamanho da frase. Uma frase longa oferece dificuldade de ser acompanhada, compreendida por quem não é acostumado à leitura. Ao contrário, uma frase curta é mais facilmente compreendida. Este é o ponto de partida e de chegada destas pesquisas.

Uma coisa é José Saramago escrever seus maravilhosos romances com frases enormes de 100, 200, 500 e até 2000 palavras, sem nenhum ponto final. Saramago pode. Este é seu estilo. Um estilo difícil, no começo, mas que após as primeiras cinquenta páginas se torna envolvente. O leitor que conseguir superar a barreira inicial não pára mais de devorar o texto daquele mago. E, afinal, quantos milhares de pessoas já leram um livro de Saramago, do começo ao fim?

Quem ainda não recebeu o prêmio Nobel da literatura..., é melhor que escreva com frases muito, muito, mas muito mais curtas que as de Saramago.

A preocupação com a compreensão do texto e, especificamente, com o tamanho das frases está presente em vários estudos de vários países.

Otília Bocchini, numa palestra em um curso livre de Comunicação Sindical e Popular, organizado pelo NPC, no Rio, em novembro de 2000, disparou dados e informações que ela sempre gosta de citar. Primeiramente ela falou do professor François Richaudeau, docente da Universidade de Paris VII. Este analisa o tamanho da frase ideal para uma compreensão universal. Em seu livro, *Lê language efficace*, publicado pelas Edições Marabout, em 1973, nos fala do tamanho ideal de uma frase que responda a esta preocupação. Ele afirma que “frases com menos de 20 palavras têm um coeficiente de retorno maior”.

Otília continua citando estudos internacionais que apontam na mesma direção de Richaudeau. No livro *Los secretos de la communication efficace*, publicado pela editora espanhola *Mensajero*, em 1976, o autor espanhol Biblól nos fala de oito mandamentos a serem obedecidos por um emissor que deseja garantir uma boa compreensão. Na seqüência das oito regras que ele elaborou, diz que “o segundo mandamento é adaptar a frase ao nível de compreensão do leitor”. E conclui, com uma fórmula radical, que uma frase deve ter de dez a vinte palavras.

Mais radical ainda, hoje diríamos um fundamentalista das frases curtas, é o belga Olivier Berthold, em seu livro *Imagenes de texto para la educacion popular*. Neste texto, publicado em La Paz, Peru, em 1992, ele chega a propor frases de oito a dez palavras. Este, ele afirma, é o comprimento máximo de uma frase que pretenda ser compreendida por leitores com muito pouca leitura. Ele chega a criar o neologismo de “neoleitores” para indicar as pessoas que ainda não são leitores acostumados, mas que se esforçam para tal.

Richaudeau, em seu estudo pioneiro, distingue a população em dois níveis: leitores ou ouvintes *proficientes* ou *não proficientes*. Ou seja, um bloco de pessoas acostumadas a ler e a discutir idéias e outro de pessoas sem esta prática. Pessoas alfabetizadas, mas que não estão ligadas em altas leituras.

A conclusão da sua pesquisa é a de que o *leitor proficiente*, acostumado a ler, acompanha, com facilidade, uma frase com até dezesseis palavras. Já o *leitor não-proficiente* só consegue acompanhar uma frase com até oito palavras.

A pesquisadora Maria Otília Bocchini, da Escola de Comunicação e Arte da USP, desde o começo dos anos 80 estuda este tema e propaga a pesquisa de Richaudeau. Na sua atividade de acompanhar a produção de boletins de mulheres da periferia de São Paulo, ela comprova constantemente a centralidade da linguagem para se comunicar com o povo.

É óbvio que se o assunto for extremamente útil, ou até necessário ao leitor, mesmo sendo muito pouco proficiente, ele vai fazer um grande esforço para entender. Se for uma notícia sobre um dinheiro

que ele ganhou na loteria, certamente esta será lida até cinqüenta vezes. Mas se o assunto for de interesse quase exclusivo de quem faz ou distribui o jornal, como fica? Não fica! Fica no chão. Jogado ou amassado, ou rasgado. E tudo isto, talvez, pudesse ser evitado.

Uma das condições essenciais, embora não suficiente por si só, para se veicular uma mensagem é começar a oferecer um texto escrito de maneira simples, direta. Um texto para ser lido e que, exatamente por isso, garanta, no mínimo, uma fácil compreensão.

Uma pesquisa não publicada

Em meados da década de 80, a *Editora Brasiliense* publicava, entre outras excelentes iniciativas, uma série de livretos básicos sobre os mais variados temas. O nome da coleção era *Primeiros Passos* e destinava-se a estudantes de ensino médio, ou a quem quisesse informações iniciais sobre um determinado tema. Quem dirigia pessoalmente esta coleção era o próprio responsável pela editora, Caio Gracco. Ele costumava falar de uma pesquisa sobre a compreensão de um texto, feita por ele, no começo da década, com pessoas que não haviam terminado o ensino médio. Era exatamente o público ao qual se destinava a *Primeiros Passos*. O objetivo da pesquisa era ver qual o nível de compreensão de um texto, quais suas dificuldades.

Caio Gracco afirmava que, pelos estudos da *Brasiliense*, uma frase com mais de 22 palavras, sem ponto final, era de difícil compreensão para quem não tivesse terminado o 2º grau. Explicava detidamente a metodologia da pesquisa e reafirmava com toda ênfase que: “Quem não tem o 2º grau completo não entende uma frase com mais de 22 palavras, sem ponto.”

Dizia mais: que o gerúndio era um dos grandes culpados das frases longas. Toda vez que se usa o tal de “ando”, “endo”, “indo”... a frase se espicha e não vai acabar. Brincando, ele dizia que não era totalmente proibido usar o gerúndio, na língua falada ou escrita, mas que poderia ser usado só uma vez por ano. No Natal, e ponto final. Falava também que, pela pesquisa que eles fizeram, as famosas aspas, para relativizar uma afirmação ou fazer ironia, não serviam para nada.

O leitor não acostumado a ler simplesmente não via estas tais aspinhas. Brincava com várias frases com aspas para quem não está acostumado a ler. Escrever, com as devidas aspas, a frase: “Esta é a ‘democracia’ do general Figueiredo”, para o autor devidamente escolarizado, significa que o ditador Figueiredo não tem democracia alguma. Só que esta mensagem não passa tão automaticamente para qualquer destinatário. Especificamente, não se conseguirá dialogar com aquele público que tanto gostaríamos de convencer da nossa verdade. Para um leitor não acostumado a grandes leituras, frases como estas só confundem.

– “Como? Todo o texto falava mal deste governo, dizia que prendia e arreventava, e agora vem dizer que Figueiredo é democrata?”

Em vez da frase com as aspas, se poderia tranqüilamente dizer: “É isso que o general Figueiredo chama de democracia”, ou “É isso que ele insiste em chamar de democracia”. Pode ser dito assim ou de qualquer outra forma. Mas as aspas, segundo a pesquisa, não diziam nada.

O que motivou esta pesquisa do editor Caio Gracco foi a necessidade de conhecer o nível dos leitores da coletânea que era a menina dos seus olhos. Foi a percepção da necessidade de uma linguagem que fosse compreendida por aqueles que eram os verdadeiros destinatários. Pena que esta lição não foi espalhada aos quatro ventos. A morte o tirou de circulação repentinamente, em meados dos anos 80. Caio Gracco falava da dificuldade de compreensão de uma frase longa, por parte daqueles que não tinham terminado o Colegial, como era chamado o 2º grau, na época.

E hoje quantos não concluíram o 2º grau? As estatísticas nos falam de algo em torno de 81%. Este dado mostra o baixíssimo índice de escolaridade no nosso País. É essencial ter a clareza de que é exatamente com esta infinidade de pessoas que é necessário se preocupar ao escrever e ao falar, quando o objetivo é atingir o povo. O povo real, a maioria. A imensa maioria. A realidade hoje é esta. É inútil imaginar que deveria ser diferente, que isso é um absurdo, que não pode ser.

O fato é que é assim. Que esta realidade precisa ser mudada totalmente, concordamos. Que é preciso uma política absolutamente diferente da que gerou esta estrutura político-educacional, é total verdade.

Óbvio que tem de mudar. Óbvio que precisa. Óbvio que esta deveria ser uma prioridade urgente-urgentíssima. Mas todos estes *óbvios* não podem encobrir o fato de que hoje, por enquanto, até revolucionarmos completamente a situação do ensino no nosso País, é esta a realidade nua e crua.

Muitas vezes, porém, esta preocupação com a compreensão da linguagem pela imensa maioria não existe. Pressupõe-se que todo mundo vá entender qualquer texto. Há uma recusa em aceitar que temos que partir da realidade concreta. Esquece-se, no afã de transformar o mundo, que o ponto de partida é a “análise concreta da realidade concreta”.

Frases longas... nas melhores famílias

Muitas vezes há um esforço com vistas à produção de textos acessíveis ao leitor pouco acostumado. Mas, em geral, esta preocupação ou é um verniz superficial ou se limita a um grupo pequeno de jornalistas e dirigentes sindicais e populares. No fundo permanece o vício arraigado de escrever sem se preocupar com o leitor. De imaginar que o leitor vai entender, nem que tenha de fazer um esforcinho.

Um exemplo típico pode ser encontrado numa cartilha popular muito bonita produzida em 1999 pela Secretaria dos Transportes da Prefeitura de Belo Horizonte. Esta, cheia de bons propósitos, publicou uma linda cartilha totalmente ilustrada sobre os transportes municipais. Uma publicação muito acurada, colorida, visual. Tudo ótimo. Só que no final, após umas vinte páginas de ilustrações simpáticas, foram colocadas duas páginas para completar as informações que faltaram nos quadrinhos. Assim, algo como dizer: “Depois desta historinha em quadrinhos, agora vamos falar sério sobre o que a Prefeitura de BH quer com o transporte urbano”. O texto deixa de ser ilustrado e passa a ser um texto comum. Vários itens são detalhados: serviços de base territorial local, serviços de base territorial municipal e regional. Um dos pontos-chave é a *Descentralização*.

Vejamos como uma Prefeitura, preocupada com a participação democrática da população que usa transporte coletivo, explica o que é descentralização.

“Descentralização:

processo de transferência de poder de níveis centrais para periféricos de modo a reestruturar o aparato estatal, não para reduzi-lo, mas para torná-lo mais ágil e eficaz, democratizando a gestão através da criação de novas instâncias de poder, redefinindo as relações Estado/sociedade, processo que se define de maneira dialética em relação à centralização.”

O festival de texto incompreensível está completo. Primeiramente há palavras que ninguém que não tenha terminado um bom 2º grau pode compreender. A frase começa com a palavra processo. Palavra absolutamente incompreensível para mais de 80% da população brasileira. Óbvio, processo no sentido político, não no sentido de processo civil ou criminal. O que é o *processo de transferência*? Processo já é um conceito complicado. Transferência é outra palavra árabe ou chinesa para os nossos mais de 80%. No final da frase, há uma pérola: “de maneira dialética”. Quantos por cento da população brasileira e... mundial sabem o que é dialética? Quantos já estudaram Kant, Hegel, Marx e Engels? E quantos usuários de ônibus em Belo Horizonte fizeram algum curso de marxismo ou de filosofia para saber o que é dialética?

Este aspecto das palavras do dicionário, já foi repetido aqui, é apenas um dos componentes principais da incomunicabilidade deste texto. Da sua incompreensão. Há outro aspecto que poderíamos dizer que é pior, se fosse possível fazer uma escala de empecilhos à compreensão de um texto. E este segundo aspecto é a construção da frase.

Esta frase, além dos problemas que vimos quanto ao repertório usado, tem 54 palavras, formando um parágrafo inteiro, sem ponto. Pela pesquisa da qual falamos anteriormente, esta frase tem duas vezes e meia as famosas 22 palavras. Quantos passageiros de ônibus de Belo Horizonte terminaram o 2º grau? E quantos entendem ou têm paciência para ler até o fim esta frase horrível? Para que escrever estas 54 palavras, sem um ponto e cheias de gerúndios para complicar?

Este exemplo é usado como exercício em cursos de linguagem dados pelo Brasil afora pelo Núcleo Piratininga de Comunicação. Os participantes, em grupos de quatro pessoas, têm como tarefa subdividir a frase de maneira que o comprimento de cada nova frase formada

fique abaixo das famosas 22 palavras. Há quem a subdivide em três, outros em quatro, cinco ou seis frases. Qualquer redação serve, é uma questão de estilo. O que não é admissível é distribuir para o povo uma cartilha com uma frase como essa. Ela é uma ofensa ao público que a recebe. E só serve para colocar os leitores desta cartilha contra quem se atreveu a entregar uma coisa dessas.

Uma das redações, recolhida após o exercício de subdividir esta frase, está aqui:

“Descentralização:

é a passagem de poder do centro para outros setores mais afastados. Seu objetivo é organizar o funcionamento dos serviços oferecidos pela Prefeitura. Não é para reduzi-los. Ao contrário, é preciso que estes sejam mais rápidos e melhores. Para isto queremos tornar mais democrático o funcionamento, a gestão através da criação de novas maneiras de o povo decidir. É preciso definir melhor as relações entre o poder do Estado e a sociedade. Mas isto deve ser de forma combinada. Deve ter centralização, mas não em demasia”.

Esta foi uma das várias maneiras de melhorar a redação inicial. Há dezenas de outras possíveis. Mas há uma impossível, proibida. Aquela que apresenta aos mais de 80% da população uma frase com 54 palavras. E frase que, além das 54 palavras sem ponto, começa com “processo” e acaba com “dialética”.

Este é só um exemplo de linguagem inadequada para o público ao qual se destina. Há inúmeros outros que podem ser analisados. Vejamos mais três, destinados a públicos diferentes.

A revista *Fêmea* é uma publicação destinada a um público específico: mulheres que atuam em movimentos sociais, populares, culturais ou políticos. Seu objetivo está no próprio nome da publicação. Está no grande leito do rio dos lutadores e lutadoras pela libertação da mulher. A luta pela libertação da mulher era parte de uma das duas revoluções que povoaram os sonhos da *geração 68*, do século passado. A Revolução Sexual que era vista como complementar da grande Revolução Socialista, que se pensava, certamente viria muito rapidamente. Os objetivos e as idéias expressas nesta revista merecem todo o respeito, todo o apoio e todo o engajamento na mesma luta.

Mas a beleza dos objetivos não é garantia de que nesta publicação se consiga passar estes objetivos e este ideal.

Vejamos um artigo publicado no número de abril de 1998. Nele há uma frase típica da não-comunicação. Não vamos analisar o dicionário, as palavras. Estas já oferecem uma dificuldade trágica. Só observaremos a estrutura e o tamanho da frase.

São 158 palavras sem um ponto! Impossível para um mortal entender. Diria até... chegar ao fim. Provavelmente, após umas 50 ou 60 palavras, a leitora, ou o leitor, vai desistir de chegar ao fim da frase e... agradeça-se se não xingar a autora do artigo, sua inocente progenitora e até quem distribuiu o jornal.

“Passado o susto, e instigada pelo manto do silêncio que recobre a prioridade ministerial, eu, enquanto médica e antiga ativista da Saúde da Mulher, no momento vivenciando a angustiante e paranóica condição de médica plantonista em dois Pronto Socorros públicos de Belo Horizonte – imersa numa epidemia de dengue que o Brasil inteiro sabe que é fruto do descaso, de atitudes que carecem de eticidade na distribuição das parcas verbas existentes para a saúde, só explicável pela irresponsabilidade dispensada à saúde e à vida humana – uso compartilhar com as pessoas interessadas, inclusive com o Senhor Ministro da Saúde, algumas inquietantes constatações e indagações, a começar pela realidade brasileira, na qual a luta pela saúde é parte integrante da luta pela cidadania e pelo “direito de não morrer precocemente”, embora a atitude governamental reinante, nos níveis federal, estadual e municipal – aqui com raríssimas exceções – desconheça que a luta pela saúde é parte indissociada da busca de garantia dos Direitos Humanos.”

(Revista *Fêmea* – abril/98)

Para quais mulheres é feita esta publicação? Será que ela é destinada, deliberadamente, a uma pequena elite que consegue ler e entender facilmente uma frase de 158 palavras, formando um parágrafo enorme, sem ponto? Certamente, não! O objetivo deve ser atingir um público vasto de ativistas e de mulheres com possibilidade de se engajarem na luta feminista. Mas, ao escrever uma frase destas, está-se afirmando a vocação elitista deste movimento. Certamente este não é o objetivo do artigo da revista. Mas, automaticamente, a partir da linguagem

usada, a mensagem que passa é esta. As centenas ou milhares de ativistas, ou de recém-interessadas nas lutas da mulher, estão sendo afastadas. E isto, pelo simples tamanho da frase!

Outro exemplo nos vem do extremo sul do país. Estamos em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, numa escola que nasceu do Sindicato dos Metalúrgicos: a Escola Técnica Mesquita. Num folheto colorido, bem diagramado, de apresentação da escola, encontramos uma bendita frase de... 46 palavras. Vejamos:

“Essas constatações norteiam nossa ação pedagógica na direção da instrumentalização dos trabalhadores a construírem seu conhecimento numa forma flexível, proporcionando um aprendizado contínuo de técnicas na solução de problemas e a possibilidade de alternância na atividade quando for atingido por alguma obsolescência tecnológica em seu trabalho.”

(*Boletim da Escola Técnica Mesquita – RS*)

Novamente, sem entrar no mérito do dicionário, o que é, de novo, uma tragédia, vamos nos ater simplesmente ao tamanho da frase. Bem acima das 22 palavras de Caio Gracco.

Este vício é generalizado. Quase uma mania. E sempre o famoso gerúndio cumprindo seu papel de alongar e, conseqüentemente, dificultar a compreensão das frases.

Há um outro exemplo tirado do boletim semanal do Partido dos Trabalhadores, em 1977. O PT, exatamente se reivindicando como um partido de trabalhadores, não poderia esquecer que milhões e mais milhões e outros milhões de trabalhadores brasileiros têm dificuldade de compreender uma frase tão longa. Não poderia esquecer, de jeito nenhum. Não deveria. Mas o fato é que esquece. E aí saem frases horríveis como esta: com 124 palavras, todo um parágrafo sem ponto.

“Construção da cidadania

Graças a articulações como essa, os metalúrgicos têm envolvido os poderes públicos em discussões e parcerias que acabaram, por exemplo, facilitando para que os trabalhadores da antiga Bestetti, conhecida fábrica de macacos hidráulicos, passassem a autogerir a empresa, agora sob o nome de Hidro-Phoenix, contando com financiamento do

BNDES, e breçar a saída da siderúrgica Villares de Sorocaba, com esta se comprometendo a manter um mínimo de 500 empregados diretos na unidade, além de colocar um pavilhão à disposição para a implantação, numa parceria empresa/sindicato/prefeitura, de uma escola de ensino supletivo, nos moldes da que existe no Sindicato, onde a prefeitura mantém salas de quinta a oitava série, onde dois terços dos alunos são associados do sindicato e um terço membros da comunidade.”

(*Linha Direta*, 22 a 28 de fevereiro de 1997)

Nos exemplos que mostramos, fizemos questão de falar de vários setores do campo popular. Uma revista feminista, uma Escola profissional, uma Prefeitura popular, o Partido dos Trabalhadores. Como se vê, a prática de escrever frases longas e emboladas é geral. A origem dessa identidade é a mesma: não acreditar que há um fosso entre os 81% e os 19% dos leitores. Achar que, uma vez que se têm idéias claras, o resto vem automaticamente. Afinal, esquecer que a linguagem pode ser uma muralha que impede a comunicação.

Há outro setor, que é o que produz o maior volume de comunicação para os trabalhadores, onde esta prática de escrever frases quilométricas é generalizada.

Na imensa maioria dos Sindicatos de Trabalhadores, é quase geral o hábito de escrever com uma linguagem que não comunica, devido a dois problemas gêmeos: palavras difíceis e frases longas. Jornalistas e diretores sindicais parecem que se esqueceram de como é o trabalhador de carne e osso. Quais as escolas que frequenta, qual a sua escolaridade e qual a familiaridade que este tem com a leitura de jornais. Dois exemplos, da cidade do Rio de Janeiro, ilustram esta falta de preocupação com o tamanho das frases e, conseqüentemente, com a compreensão da mensagem.

O primeiro é extraído do boletim dos trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos: *O Grito Ecetista*. É uma típica frase de 60 palavras, com os mesmos vícios das suas congêneres: começo de frase de forma indireta, tortuosa e os eternos gerúndios.

“Graças à participação de 15 sindicatos filiados que mandaram representantes para participar desta atividade, da nossa organização de base das ações e inserções realizadas junto aos parlamentares, conseguiram inviabilizar a manobra articulada pelo governo FHC,

Pimenta da Veiga e Egydio Bianchi, que era o de votar aleatoriamente o seu projeto privatista, entregando assim a nossa empresa aos oligopólios nacionais e internacionais”.

(*O Grito Ecetista*, RJ, dezembro de 99)

Outro exemplo é um boletim do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe) do Estado do Rio. O público deste boletim é formado por professores e funcionários auxiliares. Estes últimos não atingiram, na sua maioria, o nível escolar do ensino médio. Além disso, é objetivo deste Sindicato atingir pais de alunos. Por tudo isso, deveria haver uma grande preocupação em não escrever de forma a dificultar a compreensão pelo público desejado. A preocupação pode, até, ser que exista. Mas o resultado é desastroso. Exatamente igual ao boletim do Sindicato dos Correios. As frases têm a mesma estrutura e... o mesmo tamanho. Esta tem 61 palavras sem um ponto. A dos trabalhadores dos Correios, 60.

“A secretária de Educação, Lia Faria, reconheceu na Imprensa que milhares de alunos não conseguiram se matricular e chegou ao cúmulo de mandar os responsáveis e alunos reclamarem com os prefeitos, como se o Estado não tivesse nada a ver com o drama de pais e mães que foram para a porta da SEE cobrar o direito dos filhos à educação pública.”

(*Boletim do Sepe* (RJ) - 08/02/2000)

Qual merendeira, qual funcionário dos serviços auxiliares vai ter a paciência de ler até o fim esta frase embolada? Qual a necessidade de escrever frases assim? Quem disse que esta é a única maneira de se comunicar? No fundo, o que este texto traduz é a visão de que a linguagem não tem a mínima importância. Qualquer coisa serve. Muitos até chegam a verbalizar frases deste tipo: “O que importa é o conteúdo. A política. O resto vai por si. É fácil escrever para trabalhadores!”

Pena que a realidade seja um pouco diferente.

Uma arte difícil: traduzir sem trair o sentido

Há um ditado italiano que diz: “traduzione é tradizione”. Sem dúvida esta é uma visão elitista de quem teve toda chance de aprender outras línguas e que pode se permitir ler qualquer coisa na língua original. Esquecendo o elitismo que está por trás da frase “tradução é traição”, há um alerta que precisa ser lembrado toda vez que se quer traduzir uma palavra, ou uma frase. Sim, traduzir não é fácil. Para fazer uma boa tradução, é necessário conhecer bem as duas línguas. Traduzir é uma arte... como a pintura, ou a escultura. Como tal, exige muito cuidado e muita agilidade. Sem isso, uma tradução vira uma traição.

É necessário aprender a traduzir, sem simplificações idiotizantes e sem paternalismos. Vejamos um exemplo tirado da linguagem política. Estamos em 2002; grande disputa para a sucessão de Fernando Henrique Cardoso. Na Rede Globo, dia 3 de outubro, a exatos três dias do 1º turno da eleição, quatro candidatos disputam corações e mentes de 115 milhões de brasileiros. O debate começa às 22h30min. e vai se estender até meia-noite e meia.

Analisando as falas de dois candidatos, encontramos dezenas de palavras incompreensíveis para a grande maioria do nosso povo. São palavras ou expressões que podem ser traduzidas. Podem e devem... se o objetivo é ser entendido por milhões. Era exatamente este o objetivo de todos. Evidentemente, a imensa maioria dos eleitores já estava dormindo na hora do debate, para conseguir acordar cedo no dia seguinte, sobretudo os 81% que não terminaram o 2º grau.

Mas vejamos quais palavras o candidato Ciro Gomes usou para expressar suas idéias e que precisariam ser traduzidas.

Já vimos que uma das frases mais importantes deste candidato foi: “Eu sou um inveterado otimista”. Em seguida desfilou seu rosário de palavras que milhões de donas Edileusas não compreendiam. Vejamos algumas:

“- focadas – moralização – ardoroso – teses – populismo - mazelas

- visão pessimista – erradicação - parte substantiva da economia

- blindar- reduzir alíquotas - autodeclaração - regime de capitalização
- deixar a desejar- informalidade - trabalho sazonal
- as cidades estão congestionadas – sórdida - preventiva
- déficit das transações internacionais - compromisso indeclinável
- regime preferencial”

Ao lado de Ciro Gomes, o candidato preferido para ganhar o 1º turno, Lula, também usou expressões que milhões de ex-retirantes das secas do Nordeste não compreenderiam. Vejamos algumas:

- “- dívida social - pacto social - monocultura - inverdade
- superávit primário – superestrutura - bravata”

Todas essas palavras são corretas, usadas corretamente encerram em si conceitos e idéias precisas. Só que *bravata* é uma palavra italiana que não pode ser falada para milhões de moradores das periferias do nosso Brasil. Não há nenhuma necessidade de usá-la. Então, qual o sentido de usá-la?

Inverdade é de família semelhante. Mentira todo brasileiro conhece. *Inverdade* só os da Casa Grande e seus arredores, ou os novos freqüentadores.

O desafio, enquanto não se conseguir acabar com a Senzala e a Casa Grande, continuará sendo o de falar uma linguagem que possa ser entendida “pelo empresário e pela empregada doméstica”. Ou seja, será necessário usar toda a arte possível para traduzir palavras que vão de “*inveterado otimista*” a “*bravata*”.

CAPÍTULO 3

UM PAÍS DE CULTURA ORAL E VISUAL

José Arbex Jr., num artigo da revista *Caros Amigos*, de junho de 2000, afirma que no Brasil, em 1992, existiam menos livrarias do que na cidade de Buenos Aires.

E daí? Daí tudo e nada. Não se trata de cair na visão de origem preconceituosa de que a Argentina é melhor do que o Brasil, ou de que o Japão é melhor do que os dois, pois lá há mais livrarias do que nos dois países juntos. Uma análise deste tipo, rapidamente, pode cair no racismo mais escancarado. Lá é melhor do que aqui..., porque não há negros! Ou, até chegar a afirmar, como Charlston Heston, no final do filme *Tiros em Columbine*, que a causa de tantos homicídios nos Estados Unidos é a “mistura étnica”.

Uma análise antropológica entre dois países não é a mesma de uma disputa esportiva que acaba num vencedor e num derrotado ou, no mínimo, numa graduação dos vários concorrentes. Ao se afirmar que o Brasil é um país de cultura oral e visual, está-se afirmando uma característica, não um valor. Óbvio, há outra característica correlata, conseqüência desta primeira: o Brasil é um país onde se lê pouco. Ou, dito de forma sintética, quase agressiva: o Brasil é um país que não lê.

Esta afirmação não passa de uma frase de efeito. Um exagero, uma hipérbole, alguém diria. Vamos dizer mais diretamente: uma bobagem. Todas as frases de efeito servem para chocar, causar impacto e nada mais. É claro que afirmar que no Brasil não se lê é um exagero. Há no Brasil centenas de editoras de livros e revistas. Publicam-se milhões de exemplares de jornais diários. Nas livrarias refinadas, há uma fantástica variedade de livros.

Mas vamos partir desta afirmação inicial provocatória, irritante e exagerada de que no Brasil não se lê.

A pergunta à qual precisamos responder é: por que no Brasil não se lê? Quais são as raízes deste quase fato? Qual é a sua explicação?